



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**

ANO DE 2014

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL  
DO DIA 10 DE JULHO DE 2014

N.º 23 / 2014



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO, REALIZADA NO DIA DEZ DE JULHO DO ANO DOIS MIL E CATORZE

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, nesta cidade de Valongo, edifício dos Paços do Concelho e sala das reuniões da Câmara Municipal, reuniram os Excelentíssimos Senhores:

Presidente	Dr. José Manuel Pereira Ribeiro
Vereadores	Eng.º José Augusto Sobral Pires
	Dr.ª Luísa Maria Correia de Oliveira
	Dr. Orlando Gaspar Rodrigues
	Dr.ª Maria da Trindade Morgado do Vale
	Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
	Eng.º Hélio Fernando da Silva Rebelo
	Dr.ª Ana Isabel Loureiro Pereira
	Dr. César Augusto de Oliveira Ferreira

Foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara, quando eram quinze horas e vinte minutos.

Não esteve presente o Senhor Vereador, Dr. João Paulo Baltazar, que se fez substituir pela Senhora Dr.ª Ana Isabel Loureiro Pereira.

Não esteve presente o Senhor Vereador, Adriano Ribeiro, que se fez substituir pelo Senhor Dr. César Augusto Ferreira.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

REUNIÃO ORDINÁRIA

DE 2014.07.10

### AGENDA DE TRABALHOS

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- ◇ Intervenção dos Membros da Câmara;
- ◇ Resumo diário de tesouraria.

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

##### Diversos

- 1- Aprovação da ata da reunião de Câmara realizada em 23-04-2014;
- 2 - Contrato de Urbanização a Celebrar entre o Município de Valongo, a JMR – Prestação de Serviços para a Distribuição, S. A. e a Novimovest – Fundo de Investimento Imobiliário, com vista ao acolhimento da Plataforma Logística da Jerónimo Martins, em Alfena.

##### DFRH – Divisão de Finanças e Recursos Humanos

- 3 - 5ª Alteração do orçamento e 5ª alteração das grandes opções do plano, do ano 2014.

##### DEASD – Divisão de Educação, Ação Social e Desporto

- 4- 3º Trail St.ª Justa – 27 de julho de 2014.

##### DPOM – Divisão de Projetos e Obras Municipais

- 5 -Aprovação da proposta de sinalização vertical e horizontal elaborada para o entroncamento da Rua Eduardo Joaquim Reis Figueira com a Rua da Doneilhe e a Rua Vale de Amores, na Freguesia de Valongo.

Valongo, 07 de julho de 2014

O Presidente da Câmara,

---

(Dr. José Manuel Pereira Ribeiro)



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

### INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, cumprimentando os presentes e dando início à reunião.

Começou o Senhor Presidente por dar as boas-vindas aos jovens que estavam presentes na reunião de Câmara, no âmbito do Programa “TOK’AMEXER”, e no qual tinha sido decidido incluir uma outra vertente da vida coletiva que consistia em conhecer o funcionamento das reuniões do Executivo Camarário.

De seguida, o Senhor Presidente fez uma apresentação de todos os membros que constituíam a Câmara Municipal, identificando os respetivos pelouros, bem como os partidos políticos através dos quais tinham sido eleitos no sentido de representar a população, acrescentando que a Câmara Municipal era o órgão executivo, o que significava que era um órgão de ação que tratava de encontrar soluções para os problemas da população, e portanto, aqueles jovens iriam assistir, num curto período, a uma reunião pública daquele órgão.

Mudando de assunto, disse o Senhor Presidente que apelava as todas as pessoas que tivessem tempo e vontade, a dirigirem-se à cidade de Ermesinde, que festejava mais um aniversário, pois tinha sido inaugurada no dia anterior a Feira do Livro e das Artes, a qual decorreria até ao dia 13 de julho, acrescentando que era importante a presença das pessoas das restantes freguesias, porque era assim que faziam um concelho mais forte.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. César Ferreira**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que felicitava as iniciativas desencadeadas pelo Município, que tinham como objetivo mostrar a um público tão jovem a orgânica de uma instituição como a Câmara Municipal, e de lhes mostrar que apesar de esta ser constituída por forças políticas diferentes, todos tinham um objetivo comum que consistia em obter as melhores soluções para os munícipes, em defesa do bem público.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Trindade Vale**, cumprimentando os presentes.

Disse a Senhora Vereadora que era um orgulho para os membros do Executivo terem a assistir à reunião de Câmara, um conjunto de jovens que queriam aprender, e que um dia poderiam estar sentados naquela cadeira onde ela estava, e que desempenhariam funções com empenho e dedicação, e agradecia a sua presença e também às suas monitoras pelo trabalho realizado com sucesso naquelas iniciativas.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, cumprimentando os presentes.

Começou o Senhor Vereador por propor um Voto de Louvor à Associação Desportiva de Valongo pela conquista do Campeonato Nacional de Sub-20, no entanto, e apesar de ser uma proposta dos eleitos pelo PSD/PPM, gostaria que fosse subscrita por todo o Executivo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

De seguida, disse o Senhor Vereador que numa reunião anterior, tinha questionado acerca da possibilidade da Câmara Municipal intervir, por administração direta, no cruzamento em frente ao Hospital de Valongo, no sentido de o adequar à normalidade do trânsito, explicando que, por norma, os condutores que vinham da igreja viravam para o Pingo Doce, mas atendendo a que o sinal de aproximação de estrada com prioridade se encontrava mal colocado, provocava acidentes, e nessa semana já tinham ocorrido dois. Referiu o Senhor Vereador tratar-se de uma obra barata, que podia ser intervencionada pelos serviços da Câmara, sendo importante realizá-la no momento atendendo a que as condições climatéricas assim o permitiam, de forma a evitar que ocorressem mais acidentes.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Nogueira dos Santos**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que a questão relativa à placa na entrada do concelho de Valongo estava resolvida no que respeitava às silvas, contudo, a mesma nada continha, e convinha que fosse substituída, no sentido de ser visível que se entrava neste concelho, e saudando Ermesinde, Valongo e todas as outras freguesias, pois da forma em que se encontrava não dava uma saudação adequada a quem entrasse no concelho, portanto, agradecia o facto de terem sido retiradas as árvores, mas solicitava que fosse completado aquele trabalho.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que concordava com a proposta do Senhor Vereador, Eng.º Hélio Rebelo, de atribuição de um Voto de Louvor à Associação Desportiva de Valongo.

Mudando de assunto, disse o Senhor Presidente que a questão da sinalização no cruzamento do Hospital de Valongo estava a ser estudada pelos serviços, e brevemente apresentariam à Câmara Municipal aquela matéria.

## RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente à Câmara o resumo diário da tesouraria do dia anterior que acusa um total de disponibilidades de dois milhões, quinhentos e um mil, quinhentos e trinta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos.

### 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA REALIZADA EM 23.04.2014.

#### **Aprovada por maioria.**

Abstiveram-se a Senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Ana Isabel Pereira, e o Senhor Vereador, Dr. César Ferreira, em virtude de não terem estado presentes na reunião.

### 2 - CONTRATO DE URBANIZAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VALONGO, A JMR – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A DISTRIBUIÇÃO, S.A. E A NOVIMOVEST – FUNDO DE



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

### **INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, COM VISTA AO ACOLHIMENTO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DA JERÓNIMO MARTINS, EM ALFENA**

Presente à Câmara Municipal o processo mencionado em epígrafe, o qual foi objeto da Informação n.º 7/GMIME/2014, cujo teor se transcreve:

“A figura do contrato de urbanização prevista no artigo 55.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, D.L. 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, constituiu-se como um passo muito importante no sentido de dotar os municípios de instrumentos atualizados e adequados às necessidades de promoção de um desenvolvimento territorial sustentável tendo por base mecanismos eficazes determinantes para a qualificação final das transformações territoriais que são realizadas e das quais resultam novas realidades urbanas.

É neste contexto de reconhecimento do papel que os municípios e potenciais parceiros públicos ou privados têm na promoção e valorização económica do território, que o Município de Valongo acolheu a intenção de investimento numa Plataforma Logística, na Freguesia de Alfena, junto à saída da autoestrada, A41, por parte do Grupo Jerónimo Martins, através da empresa do Grupo JMR – Prestação de Serviços para a Distribuição, SA, investimento que vai trazer um conjunto de mais-valias para o Concelho de Valongo, nomeadamente na criação de emprego e desenvolvimento económico do território do concelho.

De acordo com o plano de investimento apresentado pelo Grupo Jerónimo Martins está prevista a criação de 267 a 390 de postos de trabalho novos, numa primeira fase, para além dos 261 postos de trabalho atualmente existentes na operação logística na área do Grande Porto.

Pretende ainda a Jerónimo Martins realizar um empreendimento de qualidade arquitetónica e em total respeito pelo ambiente, segurança dos seus colaboradores, eficiência energética e sustentabilidade.

O valor do investimento será de aproximadamente 54 milhões de Euros e a localização proposta é a que melhor se adequa às necessidades do Grupo Jerónimo Martins, conforme comunicado pelo Grupo.

Neste contexto, o Grupo Jerónimo Martins, através da sua empresa, JMR – Prestações de serviços para a distribuição, S.A. e a Novimovest Fundo de Investimento Imobiliário encetaram negociações com o Município de Valongo, no sentido de ser celebrado um contrato de urbanização tendo como objeto a execução de obras de urbanização necessárias ao “acolhimento” da plataforma logística da Jerónimo Martins, na área empresarial e industrial de Alfena, prevista na proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal, bem como a execução de um conjunto de infraestruturas que se irão realizar para além dessa área de intervenção, designadamente a beneficiação da Estrada Municipal 606 e a execução de infraestruturas de ligação de abastecimento de água, ao reservatório do Alto de Vilar, e de águas residuais até Sobrado.

Considerando o anteriormente exposto foi elaborada uma minuta de contrato de Urbanização, e respetivos anexos, que se juntam, e onde estão consagradas as obrigações dos respetivos subscritores. O presente contrato de urbanização não isenta os Segundo e Terceiro contratantes da apresentação, para licenciamento, do respetivo processo de Obras de Urbanização.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Considerando que através deste contrato o Município não é o promotor das obras de urbanização, nem dono da obra a executar, tão só conferirá legitimidade aos segundo e terceiro contratantes, do contrato de urbanização para intervir na área do domínio público municipal confinante com o terreno onde se pretende instalar a plataforma logística referida, bem como na área do domínio público municipal para além dos limites da zona de intervenção e que é necessária para que a operação urbanística possa vir a ser concretizada;

Propõe-se a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, para os efeitos previstos no art.º 55º do RJUE e na alínea u) do n.º1 do art.º 33º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro que a minuta do protocolo e respetivos anexos sejam submetidos à Câmara Municipal para aprovação.

À consideração superior,

(Vítor Sá, Arq.)”

Em 2014.06.30 o Exmo. Senhor Presidente, Dr. José Manuel Ribeiro, proferiu o seguinte despacho:

**“Concordo, submeter à próxima reunião da Câmara Municipal.”**

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Nogueira dos Santos**, dizendo que aquele assunto já transitava da última reunião de Câmara, mas tinha havido uma reunião intermediária no sentido de aligeirar alguns factos e de ultrapassar algumas divergências de orientação.

Referiu que estava em discussão pública o Plano Diretor Municipal do concelho de Valongo e compreendia que existiam dados que não podiam estar explanados de momento e configurados à estrutura do PDM, talvez porque aquela Plataforma Logística fosse extremamente importante para o concelho, e para toda a estrutura distrital e nacional, porque iria implicar riqueza através da possibilidade de criação de postos de trabalho, e achava que o Senhor Presidente se podia comprometer mais com esse facto e dar-lhes uma noção de que, a breve prazo, poderia elaborar um estudo de uma unidade operativa de planeamento estratégico para a zona, envolvendo aquela Plataforma Logística, a qual tinha cerca de 50 a 80 hectares, envolvendo aquela zona e atingia 200 a 250 hectares de área, confinada às orientações que o PDM pudesse incluir, dando uma orientação estratégica de forma a evitar a que no futuro pudessem aparecer orientações díspares e que pudessem comprometer as boas orientações que queriam para a zona, portanto, um UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, orientado e estruturado, poderia ser elaborado com a Câmara Municipal, de forma a definir o futuro daquela zona.

Mais disse o Senhor Vereador que, há uns meses atrás, aquando da discussão do PDM, tinham algumas noções daquilo que havia sido discutido no mandato anterior em relação à instalação da Plataforma Logística da Jerónimo Martins naquela zona, e seria importante, no momento, criar orientações e definir estratégias para um planeamento e gestão adequados daquela área, para que no futuro não tivessem que resolver alguns problemas, e, nesse sentido, lançava o desafio ao Senhor Presidente, de que fosse estudada pela comissão responsável pelo PDM aquela área envolvente, até porque aqueles quatro caminhos definiam bem a zona, e portanto, poderia ser criado um UOPG que pudesse dar de futuro uma definição de orientações a implementar naquele terreno, o que se traduziria numa estruturação a médio e longo prazo e iria possibilitar uma orientação futura para aquela zona.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. César Ferreira**, dizendo que no sentido de justificar algumas das situações que tinham ocorrido naquele processo, e o motivo do assunto ter sido adiado e discutido de outra forma, apresentava uma declaração do seguinte teor:

### **Declaração da CDU sobre o Contrato de Urbanização entre Município de Valongo, o Grupo Jerónimo Martins e Fundo Investimento Santander**

“Todo este processo foi conduzido pelo Senhor Presidente da Câmara de forma altamente criticável, chegando mesmo a atingir aspetos de chantagem política e de atropelo às competências dos membros do Executivo Municipal.

Na reunião da Câmara da passada quinta-feira, perante a prévia manifestação de indignação por parte dos Vereadores da oposição, com a possibilidade provável de rejeição, o Senhor Presidente da Câmara não teve outra alternativa que não fosse cancelar a assinatura do contrato prevista. Este facto correspondeu a que não se verificasse um ato de desvalorização efetiva do papel e das competências daqueles que são os representantes eleitos democraticamente pelas populações. De outra forma, os Vereadores seriam chamados a cumprir o papel de meros figurantes.

A CDU – Coligação Democrática Unitária não está nem nunca estará disponível para passar um “cheque em branco” a situações dúbias, sem que haja um prévio conhecimento dos factos, respeitando sempre os interesses do bem público e não nos deixaremos envolver em estratégias que possam colocar em risco no presente e no futuro o próprio Município. Não estamos contra os investimentos que possam dar corpo a melhorias das condições das populações, mas este dossier, que se arrasta desde 2007, apresenta um historial de contornos de legalidade duvidosa e muito polémico, exigindo portanto uma atenção mais apurada.

Tendo em conta que a extensa documentação técnica da proposta foi entregue com apenas dois dias de antecedência em relação à anterior reunião de Câmara, não permitindo uma cabal apreciação, a solução foi a suspensão da votação para que se pudessem esclarecer determinadas dúvidas do processo e debater o dossier, podendo cada um apresentar argumentos e propostas para melhoria dos documentos finais.

Ora, de facto, apenas se verificou uma informação técnica, mesmo assim insuficiente, e não um processo de diálogo que tivesse tido em conta as questões levantadas. Das respostas obtidas ficam-nos vários elementos importantes que não foram devidamente garantidos sobre aspetos muito relevantes para a salvaguarda do interesse público e que nos levam a suscitar os seguintes considerandos:

1. Pedido de Informação Prévia (PIP) – A inclusão de um PIP neste contrato de urbanização pode ser visto como um condicionante para que haja o consentimento, por parte dos serviços municipais, vinculando o Município sem que seja indicada a conformidade urbanística do projeto;
2. Obras de urbanização e arruamentos – A área que ficará adstrita ao Centro de Distribuição (70 mil m<sup>2</sup>) e aos serviços de apoio é apenas uma parte de um terreno com cerca de 427 mil m<sup>2</sup>, dos quais mais de 220 mil m<sup>2</sup> ficam “em aberto” com condições favoráveis para a especulação imobiliária, não se conhecendo o seu fim;



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

3. Infraestruturas complementares – O conjunto de infraestruturas definidas no contrato de urbanização encontram-se limitadas, não existindo a certeza em algumas das necessidades que possam conduzir a alterações do projeto, sendo que caso haja alguma anomalia ou desvio, o encargo será imputado ao Município, ficando os promotores libertos de qualquer responsabilidade;

4. Eventuais expropriações ou contrapartidas da ocupação de terrenos propriedade de terceiros que se venham a verificar necessárias – A inclusão de uma cláusula no contrato que protege os promotores de qualquer encargo, caso se torne necessário expropriar ou compensar a ocupação de terrenos propriedade de terceiros, revela que todo o risco está do lado do Município. Ora, se, como se afirma, não será necessário proceder a quaisquer expropriações então porque não retirar esta cláusula do contrato? Não pode estar aqui um possível “alçapão” que poderá custar caro à autarquia, que como é reconhecido passa por um período de constrangimento orçamental?

5. Negociações com a empresa Águas de Valongo – Ao ser proposto que a Câmara Municipal se compromete a intervir junto da concessionária das Águas de Valongo para que esta seja o menos onerosa possível com os promotores, tal poderá condicionar a posição deste Executivo e da Assembleia Municipal em renegociar o contrato de concessão com a empresa Águas de Valongo, processo que se revela da maior importância para a própria autarquia e para as populações;

6. Novos empregos criados – As políticas desastrosas que PSD/CDS e PS têm vindo a realizar na governação do país, conduziram às elevadas taxas de desemprego, precariedade e baixos salários que todos conhecemos. Neste contexto, qualquer investimento pode suscitar naturais expectativas. Mas impõe-se seriedade e rigor na abordagem de uma matéria tão sensível. Ao afirmar-se que este investimento irá criar um número substancial de empregos diretos, mas existindo diversos valores apresentados, revela que não existe, por parte da empresa um real conhecimento do valor, sendo possível, a avaliar por outros processos de concentração de serviços análogos, que este número seja a custo da redução de postos de trabalho atualmente existentes no próprio grupo.

7. Meio ambiente – O impacto do número de veículos previstos para o local e a quantidade de poluição que os mesmos irão criar condiciona muito o próprio ambiente.

Perante o exposto, a CDU reafirma as suas críticas à forma como o processo foi conduzido, e considera que este contrato de urbanização, tal como nos é apresentado, levanta ainda fundadas dúvidas, não salvaguardando todas as garantias que julgamos necessárias para a defesa do interesse público e do Município, impondo-se a alteração da redação de várias das suas cláusulas. Tendo ainda em conta que este processo depende das alterações a introduzir ao PDM, conforme é afirmado na documentação em apreciação, cujo processo de discussão pública ainda nem sequer finalizou, e cujos trabalhos de revisão decorrerão durante os próximos meses, a CDU considera que não há razão para que não se reveja a proposta de contrato no sentido de uma melhor clarificação e mais garantia da defesa do interesse público.

A CDU não aceita qualquer tentativa de pressão ou chantagem política para a aprovação a todo o custo e sem a adequada consideração por todas as entidades envolvidas seja que projeto for, este ou qualquer outro. O concelho de Valongo já tem demasiados exemplos de processos muito duvidosos e não precisa



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

de mais. Em defesa do interesse público e do êxito das intenções do mencionado investimento, há, como demonstramos, ainda muita coisa terá que ser verificada e controlada.

Disse.

O Vereador da CDU – Coligação Democrática Unitária

César Ferreira”

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, dizendo que ia apresentar uma declaração de voto que explanava a posição dos eleitos pelo PSD/PPM relativamente aquela matéria, acrescentando que em concordância e no seguimento da intervenção do Senhor Vereador, Dr. Nogueira dos Santos, ia ler aqueles que eram os considerandos dos eleitos pelo PSD/PPM para votarem favoravelmente aquele projeto.

### **Declaração de Voto**

“O grupo do PSD votou favoravelmente o ponto n.º 2 da ordem de trabalhos, com os seguintes fundamentos:

1. Somos e seremos sempre a favor da criação de riqueza e de postos de trabalho no nosso país e no nosso concelho, sejam diretos ou indiretos;
2. Somos coerentes com a nossa posição. Enquanto poder, enquanto gestores do Município, nós sempre fomos favoráveis a este projeto e, trabalhamos por ele no decorrer do mandato anterior para que hoje seja possível, com este grau de certeza, garantir um investimento que é o maior de sempre no nosso concelho;
3. Não tendo quaisquer dúvidas sobre a mais-valia funcional para o desenvolvimento do negócio da Jerónimo Martins que este Entrepósito Logístico significará, queremos também, aqui deixar um registo de agradecimento aos intervenientes por parte da empresa que sempre, desde o início do processo, há cerca de três anos, apostaram em vir para Valongo e defenderam esta como a melhor opção para o grupo;
4. Quisemos com o nosso contributo neste documento, nesta deliberação, acrescentar transparência e clareza interpretativa ao contrato que aqui foi votado. Quem ler o documento e ler os documentos integrantes à deliberação, compreenderá muito melhor o que está em causa neste processo. Consideramos esta postura absolutamente essencial nestes assuntos porque já chegaram as posturas desviantes do interesse de Valongo que determinadas oposições tiveram num passado recente;
5. Este passo foi dado. Agora, o desafio do nosso concelho, do nosso Município será o de saber alavancar um verdadeiro projeto de desenvolvimento económico e empresarial neste investimento que é e será um farol no panorama nacional e internacional. Teremos que, no âmbito das nossas ferramentas de planeamento territorial, saber criar as condições de atratividade e consolidação, de rentabilização dos investimentos estruturais que suportam este investimento e que poderão ser exponenciados em investimentos de igual dimensão;



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

6. A responsabilidade que a população do nosso concelho nos atribuiu para gerirmos o bem comum é reforçada pela garantia deste investimento. Este investimento é importantíssimo, é fundamental, mas é também desafiante para o nosso futuro de médio/longo prazo.

Assim saibamos todos, de forma concertada, aproveitar esta grande oportunidade para lançar pontes para um futuro de grande desenvolvimento para o concelho de Valongo. Nós, PSD/PPM diremos sempre PRESENTE!

Assim, tendo em conta a importância no presente e, de forma reforçada, a importância para o futuro do nosso concelho, os Vereadores eleitos pela coligação PSD/PPM votam favoravelmente a proposta em causa.

Valongo, 10 de julho de 2014”

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo tratar-se de um momento marcante para o Município de Valongo, pois aquele contrato ia consubstanciar um investimento importante para a história do concelho, esclarecendo que se tratava da criação de centenas de postos de trabalho - entre 260 a 390 - e com isso davam esperança às pessoas. Referiu que o processo tinha sido muito trabalhoso, tendo havido sempre a preocupação da transparência, e de clarificação de todas as questões, sendo que essa era a marca da sua governação e iria ser até ao final do mandato, pois aí seriam todos avaliados, porque de facto aquele investimento era importante, questionando o que dariam outros concelhos para terem investimentos daquela natureza, portanto, achava que estavam todos de parabéns. Disse, ainda, que no âmbito do PDM, todas as questões e sugestões eram anotadas no sentido de salvaguardar o desenvolvimento futuro do concelho através das várias ferramentas previstas.

Depois de apreciado o assunto, foi deliberado, nos termos do art.º 55.º do RJUE e na alínea u) do n.º1 do art.º 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, por **maioria** aprovar **a celebração do presente contrato de urbanização e a minuta do contrato de urbanização.**

Votou contra o Senhor Vereador eleito pela CDU, Dr. César Ferreira.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, perguntando ao Senhor Vereador, Dr. César Ferreira, se ia apresentar uma declaração de voto.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. César Ferreira**, dizendo que a CDU tinha consciência de que o investimento era importante, e não colocavam em causa esse facto, no entanto, a sua posição de voto era somente porque havia aspetos do contrato que ainda lhes suscitavam algumas dúvidas, e era por esse motivo que votavam contra.

### **3 -5ª ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO E 5ª ALTERAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ANO 2014**



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Presente à Câmara o assunto em epígrafe, instruído com a informação n.º 12/DFRH/GF/2014, de 30 de junho, elaborada pela Técnica Superior, Dra. Ana Maria Dias Lopes de Oliveira, cujo teor se transcreve: “Constatada a necessidade do ajustamento das dotações de algumas rubricas orçamentais, procede-se à elaboração da presente Alteração.

No Orçamento, efetua-se o reforço das dotações definidas das seguintes rubricas:

- ‘Pessoal aguardando aposentação’, 12.000,00 €;
- ‘Horas extraordinárias’, 3.000,00 €;
- ‘Subsídio de turno’, 21.500,00 €;
- ‘Transportes’, 5.565,00 €;
- ‘Comunicações’, 33.500,00 €;
- ‘Publicidade’, 3.000,00 €;
- ‘Instituições sem fins lucrativos’, 68.006,00 €.

Os reforços das dotações definidas foram efetuados por contrapartida do ajustamento da dotação da rubrica das AMR’s ‘Fornecimento de refeições em estabelecimentos de educação e ensino’ (2013/2014), no valor de 104.506,00 € e das rubricas orçamentais ‘Pessoal em funções’, 36.500,00 € e ‘Locação de material de transporte’, 5.565,00 €.

No Plano Plurianual de Investimentos, procede-se aos reforços das rubricas indicadas pela Divisão de Projetos e Obras Municipais, no total de 282.839,00 €, como segue:

- ‘Equipamento básico’: 40.000,00 €;
- ‘Outras remodelações e conservações’, 76.039,00 €;
- ‘Instalação de Iluminação pública’, 8.465,00 €;
- ‘Requalificação da Rua Central da Fervença’, 120.000,00 €;
- ‘Requalificação das Ruas: Central de Sampaio, Pe. Lima, 1º de Maio e Joaquim Ferreira Lima’, 19.435,00€;
- ‘Construção e conservação de muros de suporte’, 18.900,00 €.

As contrapartidas de igual montante provieram da redução das dotações de outras rubricas do PPI, igualmente indicadas pela referida Divisão.

A competência para aprovação da presente Alteração cabe à Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Em 30/06/2014, a Chefe da Divisão de Finanças e Recursos Humanos, Dra. Ana Maria Moura dos Santos, emitiu a seguinte informação: “Exmo. Senhor Presidente. Concordo com a elaboração da presente Alteração, pelo que se propõe que a mesma seja remetida à aprovação da Câmara Municipal.”

O Exmo. Senhor Presidente da Câmara proferiu o seguinte despacho: “Concordo. Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara”.

Na elaboração do presente documento foram cumpridas todas as obrigações legais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Nogueira dos Santos**, dizendo que na reunião de Câmara anterior, os eleitos pelo PSD/PPM tinham rejeitado as alterações ao orçamento porque havia alguns requisitos que não tinham sido cumpridos, sendo o primeiro a solicitação de uma concertação com os agentes necessários ao funcionamento da Administração Local, ou seja, tinham tido conhecimento que os Presidentes das Juntas de Freguesia não tinham sido contactados, e havia verbas que transitavam e diminuía em algumas freguesias em prol de outras, e achavam importante que tivesse havido essa concertação.

Referiu que o Senhor Presidente se tinha referido, no seu discurso à transparência, concertação, diálogo e no rigor, e, nessa sequência, perguntava-lhe se estaria enquadrado naqueles princípios o facto de no dia seguinte à não aprovação daquele ponto, terem sido enviados emails a duas associações - à Associação de Pais das Saibreiras e à Associação Industrial – os quais visavam dois pontos importantes: as obras na Escola das Saibreiras e a Rua da Ferveça. O documento mencionava que o processo tinha sido impedido pela votação da CDU e do PSD/PPM, e que a obra de € 69.000 nas Saibreiras não ia ser realizada pelo facto de ter havido uma votação desfavorável.

De seguida, perguntou o Senhor Vereador em que rubrica se enquadravam os € 69.000 porque se não estava descrito, questionando a transparência dos dados apresentados.

Mais disse que compreendia que fazer política era dizer mal dos adversários, mas considerava isso política baixa, o que o Senhor Presidente deveria ter dito às entidades é que o PSD/PPM tinha votado contra aquelas alterações, porque não tinha havido a adequada concertação, acrescentando que os eleitos pelo PSD/PPM eram a favor daquela obra e daquelas alterações, entendendo que o concelho beneficiaria, contudo, exigiam que fossem concertados aqueles princípios com os Presidentes das Juntas de Freguesia, e tinham clarificado que era por esse motivo que tinham votado contra, e se esse requisito não estivesse preenchido, provavelmente iriam ter a mesma intenção de voto.

Disse o Senhor Vereador que pretendia chamar a atenção para o facto de que, havendo transparência e rigor, deveriam informar as entidades envolvidas que os eleitos pelo PSD/PPM tinham votado contra porque não estavam preenchidos, no seu entendimento, os dados necessários para que aquelas alterações fossem aprovadas, e que relativamente à Rua da Ferveça, o Senhor Vereador, Eng.º Hélio Rebelo, também iria intervir.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que os Senhores Vereadores da Oposição colocavam as questões, e posteriormente os eleitos pelo PS dariam as respostas.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. César Ferreira**, dizendo que aquele processo tinha sido desencadeado na reunião anterior, houve algumas situações que a CDU também lamentava que tivessem ocorrido, e por conseguinte, expressava o seu voto de protesto sobre aquela situação em concreto.

### Voto de Protesto



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

5.<sup>a</sup> Revisão Orçamental do Município de Valongo e manipulação pelos eleitos do PS dos termos da discussão feita na reunião CMV 3 julho 2014

“Na reunião de Câmara passada, foi forçada a votação um documento onde estavam inscritos alterações ao orçamento do Município. Assim, pela quinta vez os Vereadores procederiam a alterações ao orçamento apresentado no início do ano, sem qualquer discussão prévia ou fundamentação adequada, apesar de constatarem alterações aparentemente de vantagem discutível. Por este motivo, a CDU opôs-se à forma como o Senhor Presidente da Câmara conduziu esta matéria.

Após esta última reunião, a Chefe de Gabinete da Presidência e o Senhor Vereador, Dr. Orlando Rodrigues (e não sabemos se mais algum Vereador com pelouro ou assessor) enviou emails ao Senhor Presidente da AIEV e ao Senhor Presidente da Associação de Pais da Escola das Saibreiras a dar conta que alegadamente as obras pretendidas não se iriam concretizar, por culpa da CDU e PSD, surgindo o PS como vítima, mostrando “mágoa” pela situação criada.

Seria aceitável que tal email fosse enviado pela Concelhia do PS, mas nunca através do Gabinete da Presidência ou dos meios formais do Município. Se não, teria sido de bom-tom, informar, por exemplo, os moradores dos bairros sociais que as suas casas vão continuar com problemas de infiltrações por culpa do PS, ou enviado um email aos trabalhadores do Município a dizer que, por culpa do PS, não vai haver modernização administrativa, ou enviado um comunicado aos munícipes a informar que não vai ser feito nenhum investimento na Rede Natura, ou um email a informar os munícipes que irão continuar a pagar altas taxas de lixo por um mau serviço, porque o PS não teve coragem de retomar os serviços de higiene e limpeza. Se tal não é feito, porquê esta vitimização, não terá o Senhor Presidente uma melhor argumentação?

Acerca da requalificação da Rua Central de Fervença e da Escola das Saibreiras, investimentos identificados como necessários há largo tempo, a CDU recorda que as mesmas ainda não tiveram lugar por opção política de PSD/CDS e PS, em sucessivos orçamentos e em prejuízo de outras opções menos prioritárias.

No entanto, apesar da persistência do Senhor Presidente da Câmara e demais eleitos do PS em não dialogar e fundamentar previamente a proposta de revisão e da sua crítica de fundo ao orçamento municipal para 2014, a CDU considera que a comunidade escolar da Escola das Saibreiras e os utilizadores da Rua Central de Fervença não merecem ser prejudicados pela conduta política do PS. Por este motivo, a CDU viabilizará esta proposta de revisão orçamental.

O Vereador da CDU – Coligação Democrática Unitária

César Ferreira”

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, dizendo que na semana anterior, tinham recebido uma alteração orçamental que retirava à cultura € 17.500, aumentava à comunicação € 33.500, aumentava dez vezes a rubrica “outros”, sem especificar o que entendia por “outros”, recordando que a questão da cobertura da Escola das Saibreiras constava do documento atual, mas não do apresentado na reunião anterior. Disse que tinha a ver com o facto do Senhor Presidente governar a Câmara em minoria, pois o



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PS em Valongo tinha quatro Vereadores, incluindo o Senhor Presidente da Câmara, o PSD/PPM tinha quatro Vereadores, e a CDU tinha um, e portanto, não compreendiam a atitude do Senhor Presidente na reunião anterior ao não aceitar a retirada do ponto para dialogar com os Vereadores da oposição e com os Presidentes das Juntas de Freguesia, e muito menos compreendiam o facto de o documento vir a esta reunião sem qualquer tipo de alteração, no entanto, o mesmo podia vir a reunião de Câmara várias vezes, que o voto dos eleitos pelo PSD/PPM seria sempre o mesmo.

Relativamente à rua da Fervença, disse o Senhor Vereador que concordavam e achavam prioritária a sua remodelação, no entanto, tinha questões para colocar, como por exemplo, na alteração orçamental colocaram mais € 120.000 nos € 20.000 que já estavam em orçamento, ou seja, já havia rubrica aberta. Disse que aquela rua não tinha saneamento, aliás, toda a bacia da parte sul da linha férrea do Douro não tinha saneamento, embora houvesse troços em que já existia rede de saneamento no âmbito de um processo de loteamento, mas eram troços secos porque não drenavam para nenhum lado, atendendo a que a própria linha do Douro era uma barreira, perguntando se havia uma rua estruturante para aquela parte da Zona Industrial de Campo que não tinha saneamento, e por que motivo não era solicitado às Águas de Valongo que no âmbito do PPI aquela rua fosse incluída, acrescentando que havia questionado aquela empresa que o informou que a referida rua não estava contemplada no PPI porque a Câmara Municipal não a tinha informado de que havia intenções de a remodelar, e o que se conhecia no momento do PPI era a obra da zona da Gandra, em Ermesinde, e algumas obras que derivavam de PPI de anos anteriores.

Acrescentou que os eleitos pelo PSD/PPM achavam que uma intervenção na rua da Fervença tinha que ter em conta as infraestruturas, quer de saneamento, quer de águas pluviais, porque um dos problemas dessa rua era o facto de não ter um sistema de águas pluviais instalado, ou seja, aquela rua tinha que ser aproveitada no âmbito do PPI e de uma infraestruturização ao nível do saneamento e de águas pluviais para que toda aquela zona passasse a drenar para a ETAR de Campo. Referiu que apesar de haver uma alteração orçamental e uma rubrica aberta desde o início do ano desconheciam o projeto, tinham conhecimento que várias famílias se deslocaram à Câmara por causa da travessa da Fervença, que iria ser apresentado o projeto e aquela travessa estava indexada à remodelação da rua da Fervença, mas não sabiam qual o ponto de situação do assunto, acrescentando que no mandato anterior, foi entendimento dos técnicos do Município, que aquela rua deixasse de ser estruturante, nomeadamente o troço entre o apeadeiro e a rua da Mina, e que todo o troço se fazia da Via Distribuidora, ultrapassava a linha férrea naquela zona onde se efetuava a concentração motard, ou seja, de acesso à rua da Mina, e depois o trânsito aí é que virava à esquerda para a zona onde estava instalada a SPC, e segundo os técnicos, a rua da Fervença não teria necessidade de ter um perfil tão adequado àquilo que se pretendia anteriormente, que era servir a zona industrial. Portanto, gostaria de ser esclarecido quanto aquele assunto.

Mais, disse, que o facto da rubrica passar de 20 para 120 ou para 140 não queria dizer nada, e o Senhor Presidente da forma que falava parecia que a votação era tácita, era aprovada a rubrica e fazia-se a



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

obra, no entanto, na sua opinião, naquele momento a Câmara Municipal não tinha todas as informações necessárias para avançar com uma obra daquela natureza, se tivesse, eles desconheciam.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Nogueira dos Santos**, dizendo que na última reunião de Câmara aquela alteração não estava com a transparência com que neste momento era apresentada. Referiu que o Senhor Presidente havia comentado que perdeu um contrato de instalação de uma empresa na zona da Fervença, pelo facto de não ter infraestruturas de saneamento e águas pluviais, e portanto, deviam pensar em estruturar.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, pedindo ao Senhor Vice-Presidente para clarificar as questões colocadas, referindo-se que no final interviria.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Eng.º Sobral Pires**, cumprimentando os presentes.

Começou por dizer que o Senhor Vereador, Dr. Nogueira dos Santos, tinha estado presente na reunião anterior, e portanto, quanto ao investimento a resposta tinha sido clara, porque o problema é que havia duas partes, no orçamento da despesa não houve preocupação porque não era a sua área, mas no PPI quando o problema se colocou em termos de grandes opções para as obras que podiam fazer de imediato, que eram aquelas que tinham projeto completo, e podiam lançar os concursos imediatamente, e nomeadamente para a escola em questão era fundamental porque só podiam executar as obras e concluí-las antes do novo ano escolar, portanto, quando o assunto foi discutido, e referiu também na última reunião, quando foi elaborado o orçamento havia alguma insuficiência na informação e de conhecimento do terreno, a defesa para aquelas situações era abrir um grande número de gavetas de forma a assegurarem as necessidades, iam corrigindo e isso permitia não deixar nada de fora e orientar o investimento para o que fosse mais importante, nesse sentido, e nessa parte do PPI houve uma reunião técnica no sentido de identificar as obras críticas que nesse momento era necessário lançar e se havia ou não meios financeiros para as concretizar. Nos casos concretos da Escola das Saibreiras e da rua da Fervença, não havia meios financeiros, e eram duas obras estruturantes importantes para executar, e nesse sentido, fez um desafio aos técnicos no sentido de verificarem no orçamento as iniciativas que não poderiam ser concretizadas até ao final do ano por várias razões, ou porque já as tinham feito ou porque necessitavam de projetos que estavam ainda inacabados e só podiam ser lançados no ano seguinte, portanto, a escolha não foi deles, mas sim uma escolha técnica.

Referiu que outras obras, tal como acontecia com a rua da Fervença, não havia dinheiro suficiente para serem lançadas, e havia uma opção a fazer, portanto, não tinha sido afetado nenhum interesse de nenhuma Junta de Freguesia, apenas foram deslocadas verbas para se conseguir fazer uma intervenção objetiva, de forma a que o que estava previsto não seria este ano, mas no próximo ano, e que nada foi riscado nem posto em questão nas Juntas de Freguesia, acrescentando que não podiam dialogar com todos para todas as questões, mas o seu gabinete estava sempre aberto tanto para os Senhores Vereadores, como para todas as Juntas de Freguesia e todos os interessados.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vice-Presidente que nessas questões técnicas quando tinha dúvidas perguntava, e como entendia a justificação, achava que as outras pessoas também entendiam, e depois cada um podia ter o seu juízo de valor, porque às vezes tinha que se fazer opções, mas nesse caso era o Executivo que tinha que as fazer, embora procurando a concordância dos outros, e nesse sentido, achava que o que foi apresentado era tão óbvio que não lhe pareceu que pudesse existir qualquer tipo de contestação, podia haver dúvidas mas seriam claramente explicadas, mesmo numa conversa informal, contudo, isso não aconteceu. Ficou admirado, pois em quarenta anos era a primeira vez que aquilo acontecia na Câmara Municipal de Valongo, era uma alteração ao orçamento em que este não era afetado em nada, não era um aumento de despesa, ou seja, era uma alteração de base zero, levantaram-se outros problemas sobre a despesa mas não tinha sido tratada por ele e tinha alguma dúvida, no entanto, as questões que estavam a ser colocadas relativamente à despesa não tinham importância nenhuma.

Disse que o único problema que lhe foi colocado depois da reunião era relacionado com as comunicações, sobre as quais questionou os serviços, tendo-lhe sido explicado que a Câmara tinha mudado de operadora mas a transferência da operação não era feita simultaneamente, que tinham que manter o pagamento à anterior operadora durante um determinado período de tempo, mas que não ia corresponder a nenhum encargo suplementar.

Em relação à rua da Fervença, disse o Senhor Vice-Presidente que para resolver aquele problema por completo seriam necessários € 300.000, mas nesse ano, durante o inverno, tinha sido confrontado com uma série de acidentes na Fervença e vários pedidos de indemnização associados, e questionou o que se passava naquela zona para que houvesse tantos problemas, tendo sido informado que havia uma irregularidade muito grande no piso, tinha havido abatimentos, e portanto, nalguns casos mesmo pondo avisos, principalmente nos dias de chuva era fácil haver acidentes. E portanto, a opção foi tentar resolver o problema mais importante, porque a rua em relação às instalações industriais tinha o saneamento necessário e o abastecimento de águas, mas não estava infraestruturada, mas não podiam proceder a essa infraestruturação de imediato, porque a informação das Águas de Valongo era de que a obra não foi contemplada no investimento que aquela entidade dispunha e não cobria toda aquela zona.

Referiu que de acordo com a informação dos técnicos, devia ser feita uma regularização total da rua com tout-venant, e depois fazer um novo assentamento do paralelepípedo e colocação de calhas laterais para escoamento de águas, e futuramente se tivessem que abrir lateralmente uma parte para as infraestruturas podiam levantar na mesma o paralelo e voltar a regularizar, e se passasse um número de anos suficiente, nesse caso, podiam fazer uma intervenção final, mas para reduzir os danos e sobretudo corresponder aquilo que os industriais pediam, era executar o que a Câmara tivesse possibilidades de agir em tempo útil, e foi nesse sentido que tomaram essa decisão. Acrescentou que aquela decisão era contestável, porque no concelho de Valongo não tinham só um mas muitos problemas, mas só se resolviam os problemas se comesçassem por um, e pareceu-lhes que este era o mais importante no momento e o projeto que tinham aprovado há pouco tempo, com o qual se congratulava, ia permitir



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

resolver um problema muito mais importante em termos de arruamentos, portanto, era caminhando assim, que quem estava no Executivo e na oposição servia os munícipes.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Nogueira dos Santos**, dizendo que o Senhor Vice-Presidente demonstrara algumas dúvidas em relação às alterações do documento apresentado na reunião anterior e tinha mencionado que abriu gavetas, mas ele desconhecia o que continham, portanto, queria transparência nos atos e queria saber o que estava nas gavetas, no sentido de poderem votar em consciência, porque por exemplo, na questão das comunicações, o Senhor Vice-Presidente tinha explicado que foi só por um operador mas ele não sabia e não podia votar em consciência algo de que não tinha conhecimento.

Mais disse que o Senhor Presidente, tal como os eleitos pelo PSD/PPM tinham aconselhado que dever-se-ia retirar o ponto e durante a semana reuniam e seria dada uma explicação acerca das alterações a efetuar, no sentido de lhes dar conforto na votação, pois o que acontecia é que na própria reunião de Câmara é que se inteiravam dos processos e não podia ser esse o procedimento.

Disse que o Senhor Vice-Presidente era de opinião de que devia regularizar a rua da Fervença nesse momento por causa dos acidentes, mas tinha que pensar que se iria gastar dinheiro, depois seria necessário remover novamente o piso para colocar as telecomunicações, eletricidade, as águas pluviais e o saneamento, o que iria implicar outro custo.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.<sup>a</sup> Trindade Vale**, dizendo que estavam ali todos para defender uma causa que era o bem comum, e os eleitos pelo PSD/PPM não estavam dispostos a votar algo que não percebessem, referindo que na reunião anterior havia sido solicitado que fossem concertadas medidas no sentido de haver diálogo com os presidentes das Juntas de Freguesia, o que não aconteceu, e o Senhor Vice-Presidente disse que, para minimizar o problema, não entendia como é que aqueles eleitos votavam contra uma obra que era estruturante para o benefício da comunidade escolar, acrescentando que também queria que a comunidade educativa estivesse condignamente sentada numa cadeira e não lhe chovesse. Conhecia esse problema e tinha conhecimento que havia um projeto feito para executar as obras na escola, e portanto, não estavam ali para causar problemas a ninguém, muito menos à comunidade educativa que, no seu entendimento, seria o futuro do país, e era para eles que também trabalhavam e estavam recetivos a que as coisas corressem pelo melhor para uma comunidade que também tinha votado neles, no entanto, também pretendiam conhecer todo o processo para poderem votar.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.<sup>o</sup> Hélio Rebelo**, dizendo que na reunião anterior o Senhor Adjunto tinha sido questionado pelo Senhor Presidente da Câmara acerca do contrato das comunicações dos operadores móveis, tendo aquele informado que a verba se destinava à impressão gráfica. Contudo, uma semana depois já não era para impressão gráfica, mas para repor no contrato dos telemóveis.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente à questão da rua da Fervença, referiu o Senhor Vereador, que o Senhor Vice-Presidente disse e muito bem, “parecia-lhe que havia projeto e que custava € 300.000”, mas foi colocada no orçamento uma verba de € 120.000, e questionava que se a obra custava € 300.000 e havia € 120.000 no orçamento, tinha o direito de saber para que se destinavam os € 120.000, reforçando que a questão do PPI era importante, porque as “Águas de Valongo”, ao abrigo do contrato de concessão, tinham que executar investimento anualmente, e muitas vezes aquela empresa utilizava investimento do PPI para remodelar algumas condutas que já tinham baixos níveis de eficiência, e da parte da Câmara houve sempre a necessidade de contrariar isso, e exemplo disso era a zona da Gandra, que as “Águas de Valongo”, no que respeitava ao Plano de Investimentos, ainda não tinha executado 2013, 2012 e uma parte de 2014, porque não tinha chegado a acordo daquilo que seria o investimento, mas entretanto houve acordo da zona da Gandra, e só não avançou por causa das condições climatéricas, e o mesmo podia acontecer para a rua da Fervença.

Disse o Senhor Vereador que o Município podia solicitar à concessionária a antecipação do PPI de 2015 ou de 2016 porque aquela rua era fundamental, considerando que o problema daquela empresa não era executar aquelas obras, mas ver vinculado o seu caderno de encargos e a concessão. Mais disse que o Senhor Vice-Presidente não quis falar muito do assunto, mas para eles era importante perceber se aquela obra podia ou não ser enquadrada no PPI e em caso afirmativo, qual o motivo para não ser executada.

Relativamente à Escola das Saibreiras, disse o Senhor Vereador que reconheciam a pertinência desta, até porque o ano letivo começava em setembro, e propunham que da proposta de alteração ao orçamento fosse excluído tudo o que são alterações, à exceção da obra da Escola das Saibreiras, retirando os € 69.000,00 da rubrica da chaminé, que já foi dito pelo Senhor Presidente que seria uma obra que passaria para o próximo ano, e colocando na rubrica que os técnicos entenderam como ideal para a obra das Saibreiras e aprovavam. Apelava a que o Senhor Presidente, no espaço daquela semana, reunisse com os Vereadores para abordarem as outras alterações, e na próxima semana aprovariam as restantes alterações, mas nessa reunião, para que não houvesse atraso, ficava já aprovada a obra das Saibreiras porque o Senhor Vice-Presidente tinha referido que só fez parte nas alterações na parte do PPI, mas uma parte do problema estava na despesa corrente.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Eng.º Sobral Pires**, esclarecendo que a intervenção na rua da Fervença consistia em levantar totalmente o piso, regularizar com tout-venant e voltar a colocar os cubos, o que daria um período de vida de sete a nove anos, e portanto, nesse período eventualmente se tivessem a possibilidade de infraestruturar, podiam infraestruturar na mesma, retirando e voltando a colocar. Referiu que esta metodologia era a seguida na maioria dos casos.

Nesse momento, a possibilidade de intervenção que tinham era essa, e não eram € 120.000, eram € 140.000, pois os € 20.000 já lá estavam, acrescentando que aquela intervenção correspondia à superação das principais dificuldades das indústrias que estavam instaladas no local.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, dizendo que para os Vereadores eleitos pelo PSD/PPM era essencial perceber se aquela obra podia ou não ser executada no âmbito do PPI, mas não compreendiam a razão pela qual se a mesma se enquadrava no Plano de Investimentos, como é que a Câmara queria antecipar-se e gastar dinheiro se esse investimento podia ser intervencionado pelas Águas de Valongo.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Eng.º Sobral Pires**, dizendo que a intervenção das Águas de Valongo era apenas para a estrutura de saneamento, não tinha a ver com o PPI.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que já tinham falado com as Águas de Valongo no sentido de se inteirarem de todas as questões, tendo sido informado que o investimento na instalação do saneamento naquela rua esteve previsto e foi retirado durante outros mandatos, portanto, estavam a avançar com a intervenção que foi estudada, ficando para momento posterior negociar com a empresa a reafecção do investimento em saneamento nesta rua.

Disse o Senhor Presidente que não fazia política dizendo mal dos outros, fazia política tentando fazer o máximo, porque isso ia contar na avaliação que fizessem dele, e ficava a ideia de que os Senhores Vereadores do PSD/PPM ainda não tinham aceiteado o resultado eleitoral, e não era por acaso que o Senhor Vice-Presidente referia, e com razão, que nunca tinha acontecido nesta Câmara uma alteração ao orçamento ser reprovada, pois a forma como era justificada tinha um sentido político que nunca aceitaria, que consistia em tirar a dignidade ao Presidente da Câmara e isso nunca acontecera no passado, acrescentando que tentava ser o mais transparente possível, mostrava à população a forma como as deliberações eram votadas, tudo o que era falado nas reuniões era transparente, todas as semanas havia reuniões que eram públicas, referindo que nunca houve tanta informação. Portanto, aquela questão era fundamental, estavam a tentar resolver problemas. Uma coisa é alterar o orçamento, outra coisa é fazer uma revisão do orçamento, realçando que era importante para o município que as obras na Escola das Saibreiras não podiam ser executadas no período escolar porque iria perturbar o funcionamento das aulas, acrescentando que quando tentavam fazer o trabalho que lhes competia eram obstaculizados, não sendo fácil ser Presidente de Câmara naquelas condições, pelo que não podia aceitar que os Senhores Vereadores da Oposição tirem a dignidade a quem executa no dia a dia o seu trabalho.

Mais, disse, que havia sempre articulação com os Senhores Vereadores e com os presidentes das Juntas de Freguesia, e prestavam informação quando eram questionados, mencionando que tinha sido induzido em erro na questão das telecomunicações.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Nogueira dos Santos**, perguntando se essa explicação tinha sido dada na reunião que estava a decorrer.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que essa explicação havia sido dada na reunião em curso e na anterior. Referiu que tinha que dar uma informação à escola a avisar do risco e também avisar os empresários, estava em exercício de funções há cerca de oito meses e já tinha um abaixo-assinado, e com razão. A Câmara estava a ser confrontada com um problema grave, aquela era a única via de acesso àquele núcleo empresarial.

Portanto, perante as explicações dadas, aquele processo tinha sido realizado com transparência, e por isso não compreendia as dúvidas dos eleitos pelo PSD/PPM, acrescentando que o que estava em causa era a resolução de problemas com os parques recursos existentes.

Disse, ainda o Senhor Presidente que reuniria todos os dias se fosse necessário, mas teriam que ter dignidade para trabalhar, porque se assim não fosse, a Câmara tornava-se ingovernável, e isso nunca tinha acontecido no passado com situações políticas semelhantes.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, dizendo que o Senhor Presidente acabara de descobrir um verdadeiro milagre das contas públicas, que era a forma como se aprovavam orçamentos, explicando que numa Câmara Municipal em que se quisesse aprovar orçamentos abriam-se dezenas de rubricas, colocava-se dinheiro em todas elas, ou seja, se fosse tudo executado eles não tinham como contrariar, porque só entrava a componente política quando era para escolher que obras iriam ser executadas em detrimento de outras.

Disse que no orçamento que lhes foi apresentado no início do mandato, havia dezenas de rubricas abertas, todas elas tinham inscrições e verbas, e aqueles eleitos não inviabilizaram o documento porque o Senhor Presidente ia executar tudo, mas agora, segundo o Senhor Presidente, como não se podia chumbar alterações, ele começava a mexer no dinheiro e fazia as opções políticas, e como era uma alteração, aqueles eleitos não se podiam pronunciar nem boicotar.

Relativamente à obra de saneamento na rua da Fervença, disse o Senhor Vereador que era verdade que a obra não tinha sido feita anteriormente, assim como a da zona da Gandra, em Ermesinde, acrescentando que a Câmara em 2014 ia lançar uma obra na Gandra à custa do Plano de Investimentos das Águas de Valongo de 2012, 2013 e também de 2011, ou seja, tinha deixado uma obra paga, e no mandato anterior a intenção era tentar junto daquela empresa antecipar o Plano de Investimentos para executar aquela obra.

Referiu que foi questionado se aquela obra podia ser incluída no Plano de Investimentos das Águas de Valongo, por antecipação, sendo certo que desconheciam onde ia ser investido o PI de 2014 porque o Conselho de Administração dos SMAS já perdera o mandato há muito tempo mas ainda se mantinha, atendendo a que não houve uma proposta de substituição, e relativamente ao investimento de 2014 ainda não tinha vindo à Câmara nenhum Plano de Investimentos, contudo, aquela obra podia ser incluída, e para eles seria suficiente se o Senhor Vice-Presidente dissesse que a obra custava € 300.000 e que os € 140.000 era para as águas pluviais, porque o resto era da competência das Águas de Valongo. Podia ter havido um entendimento daquela natureza, mas agora eles achavam que era um erro, não para o Executivo, mas para o Município, a Câmara Municipal de Valongo gastar € 140.000 num



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

pavimento sem infraestrutura, continuando toda aquela bacia a não ter saneamento nem águas pluviais, sem pelo menos testar, porque aceitavam se o Senhor Vice-Presidente lhes dissesse que haviam tentado mas não era possível, e nesse caso, teria que ser já efetuada a pavimentação.

Terminou, dizendo que tinha feito uma proposta de alteração ao orçamento no sentido de ser aprovada nessa reunião as obras da Escola das Saibreiras, como única alteração contida nesse documento, sublinhando que estavam disponíveis para nessa semana reunirem com o Senhor Presidente para discutir as alterações, que viriam na próxima reunião de Câmara.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, informando o Senhor Vereador, Eng.º Hélio Rebelo, de que os Senhores Vereadores sem pelouros não podiam fazer propostas com impactos financeiros, pois era da sua competência trazer tais propostas à Câmara.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, dizendo ao Senhor Presidente que aquela proposta não tinha impactos financeiros.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que a proposta apresentada pelo Senhor Vereador, Eng.º Hélio Rebelo, tinha impactos financeiros.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, dizendo que nenhuma alteração era igual.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que o que estava em causa e ia ser votado era a proposta completa, a que resultava do trabalho do Executivo, e se os eleitos pelo PSD/PPM não concordassem, podiam votar contra.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, solicitando ao Senhor Presidente cinco minutos de intervalo.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Eng.º Sobral Pires**, dizendo que pretendia esclarecer dois dados importantes, o primeiro era sobre as gavetas do orçamento, e recordava-se que em reuniões anteriores aquando da discussão do problema das Juntas de Freguesia, da parte do PSD/PPM foi questionado por que motivo não abriam mais meia dúzia de gavetas para presentemente poderem fazer os acertos diretos, portanto, não era técnica do Executivo criar um orçamento com todas aquelas gavetas. Já tinham reconhecido que pela falta de experiência na matéria, assim era uma maneira segura de elaborar um documento que pudesse ser corrigido, e provavelmente até nem abriam as gavetas que eram necessárias, porque mais três ou quatro gavetas iam ter que abrir, mas isso ia depender da Câmara e da Assembleia Municipal.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vice-Presidente que tinha uma notícia desagradável no sentido em que andavam a estudar o problema das Águas de Valongo, e chegaram à conclusão que o PPI daquela



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

empresa estava em 110% naquele momento, portanto, todas as obras nomeadamente a da Ribeira da Gandra e da Fábrica Cerâmica estavam acordadas com a empresa, que se comprometeu a avançar com a obra, mas ia aumentar os 110%, e sendo assim, a margem de manobra não era nenhuma. Referiu que dizer que tinham o Plano de Investimentos de dois anos atrás por concretizar era falso, porque pelos dados já estudados isso não correspondia à realidade, o que lhes criava um estrangulamento operacional que tecnicamente não podiam discutir, mas que era uma realidade.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, agradecendo ao Senhor Vice-Presidente a informação, pois ele tinha demonstrado que a intervenção dos eleitos pelo PSD/PPM quanto aquela matéria tinha tido pertinência. Conheciam essa informação e se tinha chegado à Câmara tinha sido recentemente, o que tornava a sua proposta de alteração orçamental mais pertinente, pois aquelas questões podiam ter sido completamente esclarecidas numa reunião, e o Senhor Vice-Presidente tinha acabado de dar um argumento por que é que a obra tinha que ser executada pela Câmara e não podia ser pelo Plano de Investimentos, e disso, aqueles eleitos não tinham conhecimento.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Eng.º Sobral Pires**, dizendo que no Plano de Investimentos da Câmara estavam contemplados os arruamentos, mas o mesmo não acontecia com o Plano de Investimentos das Águas de Valongo, porque não faziam arruamentos, apenas executavam infraestruturas, portanto, eram coisas distintas e não as podiam misturar.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Nogueira dos Santos**, esclarecendo que não tinham dito isso.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Eng.º Sobral Pires**, dizendo que a questão que se podia colocar era esperar que as Águas de Valongo fizessem as infraestruturas, e só depois é que pavimentariam a rua, e se fosse isso que os Senhores Vereadores pretendiam dizer, então dali a cinco anos resolveriam o problema, contudo, se não fosse essa a pretensão, teriam que lhe explicar.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, dizendo ao Senhor Vice-Presidente que quiseram expor que no âmbito da infraestruturização da rua, a pavimentação teria que ser assegurada uma parte pelas Águas de Valongo, no âmbito do contrato de concessão, dando como exemplo que quando se abria uma vala para saneamento, a mesma podia ser utilizada para as águas pluviais, não havia acréscimo nenhum na referida obra. O Município aproveitou essa forma de trabalhar em outros arruamentos, ou seja, para no âmbito da instalação da conduta de saneamento colocar águas pluviais, havia muitos arruamentos com três e quatro metros em que a repavimentação era total, e a Câmara não pagava nada, porque ao abrir a vala a rua ficava toda danificada, o Município instalava as águas pluviais e apenas pagava a parte respeitante à infraestrutura de águas pluviais e a repavimentação era feita na íntegra pelas Águas de Valongo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Referiu que estavam a votar uma alteração orçamental, e da mesma forma que tinham dúvidas nessa rubrica também tinham noutras, apenas solicitaram que os convidasse para uma reunião no sentido de esclarecerem o assunto e eventualmente se achassem conveniente, fazerem uma outra proposta de alteração, acrescentando que achavam pertinente iniciar as obras na Escola das Saibreiras por causa do início do ano letivo, e nesse sentido, era possível nessa reunião de Câmara fazer expurgar as alterações, e se a proposta dos eleitos pelo PSD/PPM não tivesse acolhimento, solicitava ao Senhor Presidente um intervalo de cinco minutos.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que esse era o trabalho do Executivo, e tinha sido tudo explicado.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º Hélio Rebelo**, perguntando se o Senhor Presidente ia colocar a proposta de alteração dos eleitos pelo PSD/PPM à discussão e votação.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que não. Se o Senhor Vereador, Eng.º Hélio Rebelo, quisesse pedir uma interrupção de cinco minutos, fá-la-iam, mas o que ia ser votado era a proposta do Executivo, que tinha sido trabalhada pelos serviços.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Nogueira dos Santos**, dizendo que o Senhor Presidente tinha apelado à dignidade, mas também era necessário dar dignidade à oposição para ela desempenhar as suas funções, e passava também por terem um conhecimento total dos factos, pois estavam a recebe-los gradualmente. Nesta reunião tinham tido conhecimento que o PPI das Águas de Valongo já estava em 110%, porque a intenção deles quando falaram da rua da Ferveça era fazer conjuntamente com aquela empresa a reparação completa da rua, contudo, se a empresa tinha 110% de discussão do seu orçamento, provavelmente seria inviável.

Disse, ainda, o Senhor Vereador que queria votar com dignidade e conhecendo todos os pormenores, queria saber o que estava dentro das gavetas.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que os trabalhos estavam interrompidos por cinco minutos.

### **A reunião foi interrompida por cinco minutos.**

Analisado devidamente o assunto, foi deliberado por **maioria**, aprovar a proposta da 5ª Alteração do Orçamento e da 5ª Alteração das Grandes Opções do Plano, do ano 2014, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos pelo PSD/PPM, Dr.<sup>a</sup> Trindade Vale, Dr. Nogueira dos Santos, Eng.<sup>o</sup> Hélio Rebelo e Dr.<sup>a</sup> Ana Isabel Pereira.

Absteve-se o Senhor Vereador eleito pela CDU, Dr. César Ferreira.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Nogueira dos Santos**, declarando que o voto de abstenção dos eleitos pelo PSD/PPM era principalmente pelo facto de terem recebido as informações gradualmente, no entanto, achavam que a população do concelho de Valongo não podia ser penalizada por aquela orientação. A dignidade da votação devia ser feita em consciência, e se anteriormente nunca houve rejeição de uma alteração, era porque as pessoas tinham tido o consenso de dar dignidade aos atos, informando adequadamente.

### 4 -3.º TRAIL STª JUSTA – 27 DE JULHO DE 2014

Presente à Câmara Municipal o processo concernente ao assunto versado em epígrafe, o qual foi objeto da informação n.º 60/DEASD-AD/2014, de 3 de julho de 2014, elaborada pelo Assistente Técnico Mário Martins cujo teor se transcreve:

1. O Grupo Dramático de Campo e o grupo Amigos do Trail, pretendem organizar, na Serra de Santa Justa, no próximo dia 27 de Julho de 2014, das 04h30 às 14h30 a seguinte atividade:

Uma prova, com abrangência de nível Regional/Nacional/Internacional de Trail de 55 e 21 Km, em simultâneo com uma corrida de 16 km e uma caminhada de 6 Km.

Os Amigos do Trail são um grupo da região, com o gosto comum pela corrida em montanha, e que já tem por hábito treinar na Serra de Santa Justa, participando em várias provas do género a nível Nacional.

2. Assim, solicitam a Coorganização do Município de Valongo para poderem manter/aumentar o prestígio e a dimensão que as edições anteriores alcançaram, sendo que no ano transato estiveram cerca de 800 participantes.

3. Para a realização deste evento, solicitaram à Autarquia alguns apoios, que a seguir se discriminam e para os quais será necessária a colaboração dos respetivos serviços, designadamente:

#### **DEASD**

Utilização das Piscinas Municipais para banhos dos participantes das 10h30 às 16h;

#### **DOTA**

Emissão de parecer sobre o percurso, que se anexa;

#### **DMOT**

- Ocupação do Parque da Cidade de Valongo (no dia e na véspera) – Zona do anfiteatro e utilização dos camarins para a colocação de material de apoio à prova.

- Colocação de 20 Barreiras junto ao Parque da Cidade de Valongo para organizar as partidas dos atletas.

O policiamento para o condicionamento de trânsito no início da partida ficará a cargo da organização.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Julgamos assim que a coorganização neste evento se reveste da maior importância para a promoção do Concelho, bem como para a promoção da prática Desportiva.

Tem competência para decidir sobre o assunto a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Em 2014.07.03 a Chefe de Divisão Dr.ª Maria Fernanda Afonso proferiu o seguinte despacho: À consideração do Exmo. Senhor Vereador Dr. Orlando Rodrigues. Concordo com a proposta de colaboração para a organização do 3.º Trail Santa Justa. Tem competência para decidir a Câmara Municipal.

Em 2014.07.03 o Sr. Vereador proferiu o seguinte despacho: “Concordo. Ao Sr. Presidente para agendamento a reunião de Câmara.”

Em 2014.07.04o Sr. Presidente proferiu o seguinte despacho: “Concordo. Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara.”

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que era mais um daqueles processos que têm vindo a reunião de Câmara de acordo com a nova legislação, mesmo quando não havia despesas por parte da Câmara, eram submetidos a reunião todos os custos diretos e indiretos.

Apelou a que todos participassem na prova, que se realizaria no dia 27 de julho, acrescentando que Valongo tinha as melhores serras do Porto e arredores, e era necessário investir na medicina preventiva porque também era uma forma de reduzir a fatura da despesa com a saúde.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. César Ferreira**, dizendo que a única observação quanto a essa matéria era no sentido de que os promotores do trail tivessem em atenção alguns cuidados, sendo que a Serra de Santa Justa estava enquadrada na Rede Natura 2000 e havia algumas espécies protegidas, e por isso, teria de haver o maior cuidado na preservação do habitat natural da serra.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que aquelas iniciativas eram em coorganização, e o Município tinha esse cuidado, pois aquela área era protegida, e portanto, aquelas provas tinham em consideração essa condicionante, no entanto, agradecia a preocupação.

Depois de apreciado o assunto, foi deliberado, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por **unanimidade**, aprovar a coorganização da atividade 3º Trail Santa Justa – 27 de julho de 2014 com o Grupo Dramático de Campo e Grupo de Amigos do Trail nos termos propostos.

## **5 -APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL ELABORADA PARA O ENTRONCAMENTO DA RUA EDUARDO JOAQUIM REIS FIGUEIRA COM A RUA DA DONEILHE E A RUA VALE DE AMORES, NA FREGUESIA DE VALONGO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Presente à Câmara Municipal o processo concernente ao assunto versado em epígrafe, o qual foi objeto da informação técnica n.º 487/DPOM.RV/2014, de 16 de junho, prestada pelo Técnico Superior Eng.º Júlio Pinto, cujo teor se transcreve:

“Sobre o assunto em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:

1- Deu entrada nesta Edilidade uma exposição de um munícipe expondo vários pontos críticos ao nível da segurança rodoviária por ausência de sinalização.

2- Após visita ao local verificou-se a pertinência em proceder ao reforço da sinalização nos seguintes termos:

↔ Colocação de sinalização horizontal – marcas longitudinais M1, na Rua Eduardo Joaquim Reis Figueira, a fim de restringir as ultrapassagens na citada artéria, de forma a implementar uma maior segurança para todos os utentes, no troço em causa;

↔ Colocação de sinal de Stop na Rua Vale de Amores, de forma a permitir uma maior segurança para os veículos que circulam na Rua Eduardo Joaquim Reis Figueira e para os que nela pretendem entrar.

↔ Junto à passadeira sobrelevada próxima da Rotunda do Valado, proceder-se à colocação de sinal vertical de pré-aviso de aproximação de rotunda e de sinalização de velocidade aconselhada, sinais B7 e H6 (30 Km), respetivamente.

3- Atendendo ao explicitado e através do ofício n.º 391/DPOM.RV/14, datado de 2014-05-20, foi solicitada a emissão de parecer à Junta de Freguesia de Valongo, tendo a referida junta comunicado que em reunião de 28 de maio ficou expresso o acordo daquele executivo no que concerne à sinalização vertical e horizontal em apreço.

4- Face ao exposto proponho a aprovação do estudo de sinalização que contempla a colocação de:

- ▶ Sinalização horizontal – marcas longitudinais M1, na Rua Eduardo Joaquim Reis Figueira;
- ▶ Sinal de Stop na Rua Vale de Amores;
- ▶ Sinal vertical de pré-aviso de aproximação de rotunda e de sinalização de velocidade aconselhada sinais B7 e H6 (30 Km).

Tem competência para decidir sobre este assunto a Câmara Municipal, ao abrigo do art.º 32.º do Capítulo VI do Regulamento de Trânsito e de Estacionamento de Duração Limitada desta Câmara Municipal, aprovado por deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 02 de Agosto de 2007”.

Sobre este assunto a Chefe da Divisão de Projetos e Obras Municipais, Eng.ª Paula C. Pereira Marques, em 2014.06.16, informou o seguinte:

“À Consideração do Ex.º Sr. Vice-Presidente, Eng.º Sobral Pires:

Concordo com o proposto na presente informação.”

Em 2014.06.17 o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Sobral Pires, proferiu o seguinte despacho:

“Ao Sr. Presidente para apresentação à Câmara.”

Em 2014.06.18, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Manuel Pereira Ribeiro, proferiu o seguinte despacho:

“Concordo.

Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara.”



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. José Manuel Ribeiro**, dizendo que aquele assunto tinha vindo à última reunião de Câmara, foi retirado, e vinha novamente, perguntando se estavam em condições de o votar.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Nogueira dos Santos**, dizendo que o assunto tinha sido retirado porque verificaram que a rua em causa tinha muita sinalização, quando era apenas necessário a colocação de uma linha contínua, um sinal de stop, e retirar um triângulo.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Eng.º Sobral Pires**, dizendo ao Senhor Vereador, Dr. Nogueira dos Santos, que atendendo à tecnicidade daqueles assuntos, era de opinião que não deviam ser submetidos a reunião de Câmara.

Depois de apreciado o assunto foi deliberado, nos termos do disposto no artigo 32.º do Capítulo VI do Regulamento de Trânsito e de Estacionamento de Duração Limitada, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 2 de agosto de 2007, conjugado com os n.ºs 1 e 2 do art.º 6.º do Dec-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, por **unanimidade**:

1- Aprovar o estudo de sinalização vertical e horizontal que contempla a pintura de marcas longitudinais M1, na Rua Eduardo Joaquim Reis Figueira, a colocação de um sinal de Stop na Rua Vale de Amores, assim como a colocação de um sinal de pré-aviso de aproximação de rotunda e de sinalização de velocidade aconselhada – sinais B7 e H6 (30 Km), na Freguesia de Valongo, nos termos constantes da peça desenhada que se anexa.

2- Ordenar à Divisão de Manutenção, Oficina e Transportes a implementação da respetiva sinalização.

## ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a constar, foi encerrada a reunião quando eram dezassete horas e dez minutos. Para constar lavrou-se a presente ata que, depois de devidamente lida e aprovada, será por mim assinada, Maria Rosa Moreira Jorge Coelho, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e Apoio aos Cidadãos, do Município de Valongo. \_\_\_\_\_ ---